


**Como um cognitivista moral pode aceitar
o experimento de pensamento da Terra
Gêmea Moral sem aceitar o Cognitívismo
não-descritivista de Terence Horgan e
Mark Timmons**

*How a moral cognitivist can accept
the Moral Twin Earth thought
experiment without accepting Terence
Horgan and Mark Timmons's Non-
descriptivist cognitivism*

 10.21680/1983-2109.2023v30n62ID29152

Monica Franco

Universidade Federal de Santa Catarina
monica.franco.fm@gmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo responder como um cognitivista moral pode aceitar o experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral sem aceitar o Cognitívismo não-descritivista de Terence Horgan e Mark Timmons. A fim de oferecer a resposta almejada, serão expostas as conclusões semânticas que esses filósofos extraem da versão desse experimento de pensamento que

se aplica ao realismo moral naturalista de Peter Railton. Será proposto que mesmo que um defensor do cognitivismo moral descritivista, como Railton, aceite a objeção de Horgan e Timmons, e abandone o realismo moral naturalista, ele não precisa aderir à teoria metaética do Cognitivismo não-descritivista e ao antirrealismo moral. Ele tem como saída aderir ao Cognitivismo não-realista de Derek Parfit, que, conforme será argumentado, é uma teoria metaética possivelmente superior ao Cognitivismo não-descritivista.

Palavras-chave: Semântica moral; Realismo moral naturalista; Terra Gêmea Moral; Cognitivismo não-realista.

Abstract: The article aims to answer how a moral cognitivist can accept the Moral Twin Earth thought experiment without accepting Terence Horgan and Mark Timmons's Non-descriptivist cognitivism. In order to offer the aimed answer, the semantic conclusions that these philosophers draw from the version of this thought experiment that applies to Peter Railton's naturalistic moral realism will be exposed. It will be proposed that even if an advocate of descriptivist moral cognitivism, such as Railton, accepts Horgan and Timmons's objection, and abandons naturalistic moral realism, he does not need to adhere to the metaethical theory of Non-descriptivist cognitivism and to moral anti-realism. He has a way out by adhering to Derek Parfit's Non-realist cognitivism, which, as will be argued, is a metaethical theory possibly superior to Non-descriptivist cognitivism.

Keywords: Moral semantics; Naturalistic moral realism; Moral Twin Earth; Non-realist cognitivism.

Introdução

Na metaética, o domínio de investigação filosófica que estuda os aspectos ontológicos, epistemológicos, semânticos e práticos da moralidade, a construção de cenários hipotéticos talvez tenha adquirido uma importância semelhante àquela dos experimentos científicos: pretende-se oferecer evidência favorável ou desfavorável para alguma teoria, de modo a testá-la. Um dos experimentos de pensamento mais conhecidos e discutidos na metaética é o da Terra Gêmea Moral, de Terence Horgan e Mark Timmons. O presente artigo tem como objetivo responder como um cognitivista moral pode aceitar o experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral sem aceitar o Cognitivismo não-descriptivista de Horgan e Timmons. Como a literatura metaética possui uma vasta discussão sobre esse experimento de pensamento, é necessário esclarecer o tipo de resposta que é almejado neste artigo, em termos de teoria metaética. Uma vez que está sob consideração uma resposta que um cognitivista moral pode oferecer, automaticamente são excluídas as teorias expressivistas que, tradicionalmente, defendem o não-cognitivismo moral. Além disso, partindo da consideração de que a teoria semântica presente no realismo moral naturalista possui um defeito irreparável, dado que a objeção proveniente do experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral é aceita, serão deixadas de lado as sugestões a respeito de como um cognitivista moral poderia reformar a teoria semântica do realismo moral naturalista.¹ Desse modo, este artigo considera que a saída para um cognitivista moral envolve necessariamente recusar o realismo moral naturalista em prol de outra teoria metaética. No entanto, como evitar a

¹ Esse movimento é realizado por aqueles que pretendem defender o realismo moral naturalista a partir de explicações metassetemânticas alternativas, a exemplo de Mark van Roojen (2006), que sustenta uma concepção conhecida como ‘magnetismo de referência’.

troca do realismo moral pelo antirrealismo moral, como Horgan e Timmons propõem ao defenderem o Cognitívismo não-descritivista? O questionamento que motivou este artigo é a respeito de se um defensor do cognitívismo moral descritivista, como Peter Railton, tem alguma saída a não ser assumir uma teoria metaética híbrida como o Cognitívismo não-descritivista, supondo que Railton aceite a objeção proveniente do experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral. Este artigo responde essa pergunta ao propor que Railton tem como saída, para manter o descritívismo, aderir ao Cognitívismo não-realista de Derek Parfit, um movimento que ele realizou recentemente. Será enfatizado que a teoria metaética de Parfit pode ter vantagens sobre a teoria de Horgan e Timmons, principalmente, por se tratar do projeto conciliatório de uma Teoria Tríplice que reúne o naturalismo moral de Railton, o não-naturalismo moral de Parfit e o expressivismo quase-realista de Allan Gibbard.²

A fim de oferecer a resposta esboçada acima, reconstituirei, na primeira seção do artigo, a dificuldade semântica que o Argumento da Questão Aberta impôs para a forma tradicional de realismo moral naturalista. Na segunda seção, apresentarei o realismo moral naturalista de Railton. Na terceira seção, explicarei como Horgan e Timmons adaptaram o cenário do experimento de pensamento da Terra Gêmea, de Hilary Putnam, para o domínio da moralidade. Será então explicitada a conclusão negativa que eles extraem

² É importante ressaltar que as teorias metaéticas híbridas costumam tender para um dos dois lados na explicação da ontologia moral. Enquanto a teoria híbrida de Horgan e Timmons, também chamada de *Cognitívismo expressivista*, é *antirrealista*, outras teorias híbridas, como a que foi defendida por David Copp (2001), o *Realismo expressivista*, é, como o próprio nome anuncia, *realista*. Conforme será visto na quinta seção deste artigo, a Teoria Tríplice proposta por Parfit se caracteriza pela rejeição tanto do realismo moral quanto do antirrealismo moral, pois consiste na defesa do Cognitívismo *não-realista* como uma alternativa a ambas as posições.

contra o realismo moral naturalista: as intuições semânticas evidenciam o fracasso da analogia entre os termos morais e os termos de tipos naturais científicos. Na quarta seção, explicitarei a conclusão positiva que esses filósofos extraem a favor da teoria metaética do Cognitivismo não-descritivista enquanto a melhor explicação disponível para as intuições semânticas a respeito do cenário da Terra Gêmea Moral. Por fim, na quinta seção do artigo, proporei um contraponto ao Cognitivismo não-descritivista de Horgan e Timmons a partir da teoria metaética do Cognitivismo não-realista de Parfit. Será argumentado que essa teoria pode constituir uma saída plausível para Railton manter o seu cognitivismo moral descritivista, mesmo que ele abandone a defesa de uma ontologia moral realista.

1 A dificuldade semântica enfrentada pela forma tradicional de realismo moral naturalista

O *naturalismo filosófico* compreende um conjunto de visões metafísicas e epistemológicas sobre um domínio de investigação. No caso específico da investigação da moralidade, que é empreendida pela metaética, essa perspectiva costuma ser aceita, por exemplo, pelas formas não-relativistas de *realismo moral naturalista*, que sustentam que os *atos morais* existem *objetivamente*, isto é, de modo *independente da mente humana*. O compromisso com uma visão metafísica sobre a natureza da realidade, ou seja, com a explicação filosófica de que tudo o que existe é parte da ordem natural, leva o realismo moral naturalista a perseguir os seguintes projetos: (i) no plano da ontologia moral, explicar que os fatos morais são entidades que podem ser *acomodadas* ao reino das entidades naturais investigadas pela ciência; (ii) no plano da epistemologia moral, explicar a possibilidade de *acesso* aos fatos morais, bem como a efetiva obtenção de *conhecimento moral* a partir deles, visto que se trata do

conhecimento de entidades naturais que podem ser investigadas pela ciência.

O realismo moral naturalista costumava realizar as explicações (i) e (ii) por meio de uma teoria semântica que pretendia fornecer uma *redução* dos fatos e propriedades morais a fatos e propriedades naturais, por exemplo, fatos psicológicos ou biológicos. Essa redução era fundada na *sinonímia* como o critério de identidade para propriedades, e seria garantida pela análise dos termos morais, isto é, por meio de uma *definição analítica* que identificava o *significado* desses termos com o de termos naturais. Por conta disso, essa forma reducionista de realismo moral naturalista recebeu o nome de *naturalismo moral analítico*. Um exemplo do tipo de definição proposto por essa forma de naturalismo moral consiste em considerar ‘bom’ como sinônimo de ‘prazer’. Desse modo, seria possível oferecer uma explicação para a *superveniência moral*, isto é, para a relação de *dependência* que há entre fatos de níveis ontológicos diferentes, morais e não-morais, ao afirmar que se trata de uma relação de *identidade*: os fatos morais, enquanto fatos de ordem superior, são constituídos por propriedades naturais presentes em fatos de ordem inferior. Essa explicação pretendia reivindicar que, no final das contas, há apenas um único nível ontológico, o dos fatos naturais, de maneira que os fatos morais poderiam ser acomodados a esse nível.

Pode ser dito que o livro de George E. Moore, *Principia Ethica* (1999), originalmente publicado em 1903, inaugura a metaética, enquanto disciplina filosófica, ao mesmo tempo que Moore era um dos principais expoentes da filosofia analítica no começo do século XX. Naquele momento, havia um forte interesse no estudo da linguagem, e Moore dedicou-se ao estudo da semântica moral. Ele apresentou um argumento contra as formas de naturalismo moral analítico, o *Argumento da Questão Aberta*. Nesse argumento, ele

comparou as definições analíticas oferecidas para os termos morais com as definições analíticas de termos não-morais. Ele apontou a seguinte diferença: as definições que envolvem termos morais, como ‘Bondade é prazer.’, deixam questões *significativas* sem resposta; o mesmo não ocorre, no entanto, com as definições que envolvem somente termos não-morais, como ‘Triângulos são figuras de três lados.’ Isso porque ao considerar que algo tem a propriedade natural ‘ser prazeroso’, a pergunta ‘X é prazeroso, mas X é bom?’ permanece *aberta*, pois não é possível responder se esse algo também tem a propriedade moral ‘ser bom’. Quanto à definição analítica de termos não-morais, ao considerar um objeto qualquer, a questão ‘X tem a forma de uma figura de três lados, mas X é um triângulo?’ não tem sentido, pois é *fechada* pela definição de triângulo, simplesmente ao refletir sobre o significado dos termos envolvidos nessa definição. Essa diferença entre as definições analíticas de termos morais e não-morais levou Moore a acusar os proponentes do naturalismo moral analítico de cometerem um erro, que ele chamou de *falácia naturalista*, tendo em vista que essa era a única teoria semântica disponível até então para o realismo moral naturalista. Com o Argumento da Questão Aberta, seria possível demonstrar que toda tentativa de apresentar uma definição não-ética para os termos morais, por exemplo, em termos de propriedades naturais, estaria fadada ao fracasso.³

Logo após Moore apresentar o seu argumento, surgiram explicações variadas para a diferença entre os termos morais e não-morais. O *realismo moral não-naturalista* defendido por

³ Perceba que Moore também pretendia rejeitar a tentativa de oferecer definições analíticas que contêm termos *supranaturais*, como a definição oferecida pela *Teoria do comando divino*, uma teoria metaética que defende que ‘bom’ significa ‘aquilo que é aprovado por Deus’. Contra essa definição, a seguinte questão aberta pode ser apontada: ‘X é aprovado por Deus, mas X é bom?’

Moore, no entanto, despertou ainda mais preocupações por conta do abandono do projeto do naturalismo filosófico de acomodação dos fatos morais à ordem dos fatos naturais. Nesse sentido, o não-naturalista moral parece ser levado a aceitar a existência de dois níveis ontológicos, pois defende que os fatos morais são *sui generis*, isto é, completamente diferentes dos fatos não-morais encontrados no reino dos fatos naturais. Por conta disso, parece muito difícil estabelecer a viabilidade do não-naturalismo moral sem incorrer nas implicações metafísicas que costumam ser associadas ao platonismo moral. Segundo a *Teoria das Ideias*, presente na obra *A República* (2008), as *Ideias* são entidades que compõem um reino distinto de fatos. É assim que Platão explicou a bondade por meio da Ideia de Bem. No entanto, esse ‘*Bem em si*’ não é encontrado no mundo natural, mas tão somente seria replicado imperfeitamente pelas coisas do mundo natural que são boas. Sem se afastar do platonismo moral, o não-naturalista moral não conseguirá oferecer explicações satisfatórias em nenhum dos domínios da investigação metaética. Afinal, como explicar a relação de superveniência moral entre os fatos morais não-naturais e os fatos não-morais naturais, se há uma diferença tão grande entre eles? Como é possível obter conhecimento moral, se parece ser necessário afirmar que somente uma faculdade especial (por exemplo, a intuição) permitiria o acesso aos fatos não-naturais? Como a linguagem moral pode ser explicada, se os termos morais se referem a entidades não-naturais? E, por fim, como a crença em propriedades não-naturais seria capaz de oferecer motivação moral para os seres humanos?

Por conta das dificuldades presentes tanto na versão naturalista quanto não-naturalista de realismo moral, as teorias metaéticas antirrealistas passaram a ganhar aceitação, pois, ao contrário do não-naturalismo moral, elas adotam o naturalismo filosófico e optam por uma abordagem *eliminativista*. Essas teorias sustentam que não há fatos e

propriedades morais, recusando, portanto, o projeto naturalista de acomodação. Para o antirrealista moral, há apenas um único nível ontológico, o dos fatos naturais. A forma de antirrealismo moral que, durante algum tempo, obteve os maiores lucros do argumento de Moore foi aquela aceita pelas teorias metaéticas que defendem o *não-cognitivismo moral*. Essas teorias também são chamadas de *expressivistas*, pois no lugar da explicação que os realistas morais costumam oferecer, em termos da atitude *cognitiva* de crença em uma realidade moral, elas defendem que o discurso moral pode ser perfeitamente explicado ao considerar a atitude *conativa* (ou não-cognitiva) que os juízos morais expressam. Na base dessas teorias está a ideia de que o funcionamento dos termos morais é completamente distinto do funcionamento dos termos não-morais presentes no discurso factual, de modo que a linguagem moral opera segundo uma semântica que lhe é própria.⁴ Simon Blackburn (1993) e Allan Gibbard (2003) defenderam teorias expressivistas mais sofisticadas, também conhecidas como ‘*quase-realistas*’, pois sustentaram que as atitudes conativas podem explicar, entre outras coisas, a ‘pretensão de objetividade’ do discurso moral, mesmo com a inexistência de fatos e propriedades morais.⁵ Para as formas expressivistas de

⁴ Esse tipo de posição tem seus custos, entre os quais merece ser destacado o problema Frege-Geach, que pode ser entendido, de modo simples, como a dificuldade em explicar o raciocínio moral com base em atitudes conativas. Esse problema começou a ser superado por Allan Gibbard (1990), que desenvolveu uma lógica normativa para tratar as afirmações morais a partir dos aspectos factuais e normativos envolvidos na atitude de aceitação de sistemas de normas.

⁵ Com isso, os defensores de teorias metaéticas expressivistas procuram evitar o compromisso com alguma forma de *relativismo moral* e, ao mesmo tempo, almejam se diferenciar de outras posições antirrealistas, como a *teoria do erro* defendida por John Mackie (1977), e as formas de *ficcionalismo moral* defendidas por Richard Joyce (2001, 2005) e Mark Kalderon (2005). A teoria do erro afirma, por meio de uma forma

antirrealismo moral, a superveniência moral deve ser entendida não como uma relação entre propriedades de níveis ontológicos diferentes, mas como uma relação entre conceitos morais e propriedades não-morais.

É importante ressaltar que, após o período de domínio do antirrealismo moral, diversas perspectivas surgiram e ganharam força em domínios variados da filosofia durante os anos 1960 e 1970, e isso fez com que alguns filósofos tentassem reabilitar o realismo moral naturalista na metaética. A chamada ‘nova onda de realismo moral’ foi inspirada, sobretudo, pelo funcionalismo na filosofia da mente, pois as posições que a compõem adotam o funcionalismo na ontologia moral.⁶ A ideia básica defendida pelo funcionalismo

cognitivista de antirrealismo moral, que todo o discurso moral está fundado em um erro ontológico e que as afirmações morais são, portanto, sistematicamente falsas. As formas de ficcionalismo moral, por sua vez, afirmam que a moralidade é algum tipo de ficção ou que o discurso sobre ela envolve atos de fala semelhantes aos que fazem parte de discursos ficcionais. Nessas posições antirrealistas, não é possível reivindicar o conhecimento de verdades morais, algo que os expressivistas têm tentado fazer, especialmente a partir das formas de *expressivismo quase-realista* que almejam explicar a aparência *realista* do discurso moral, como as teorias metaéticas de Blackburn e Gibbard. Sobre esse último ponto, conferir a nota 14.

⁶ Conforme Horgan e Timmons explicam, há duas formas distintas de funcionalismo na filosofia da mente, (i) o *psicofuncionalismo* e (ii) o *funcionalismo analítico*, e são elas que deram origem, respectivamente, ao funcionalismo moral sintético e ao funcionalismo moral analítico. A principal diferença entre as posições (i) e (ii) é que, em (i), “as propriedades mentais são propriedades funcionais multiplamente realizáveis, cujas essências relacionais são completamente capturadas [...] pelas generalizações da teoria psicológica *empírica* (idealmente completa) T que é verdadeira a respeito dos seres humanos”; em (ii), as essências relacionais das propriedades mentais funcionais são completamente capturadas “pelas generalizações da psicologia mentalista do senso comum (‘psicologia popular’)” (HORGAN; TIMMONS, 1991, p. 452, grifo dos autores, tradução nossa).

moral é que as propriedades morais podem, de alguma forma, ser definidas a partir do seu papel funcional, isto é, o *papel causal* que elas ocupam na moralidade humana. Três posições diferentes integram a nova onda de realismo moral: (i) a forma *não-reducionista* de *funcionalismo moral sintético* defendida pelos realistas da Escola de Cornell, entre eles Richard Boyd (1988) e David Brink (1989); (ii) a forma *reducionista* de *funcionalismo moral analítico* proposta por Frank Jackson (1998); e (iii) a forma *reducionista* de *funcionalismo moral sintético* de Peter Railton (2003). As teorias semânticas defendidas por essas posições se caracterizam por combinar o funcionalismo na ontologia moral com o externalismo semântico, apesar de as suas explicações variarem conforme as especificidades de cada posição.⁷ No que se segue, serão apresentados os contornos gerais do realismo moral naturalista de Railton, explicitando a sua teoria semântica.

⁷ É apropriado indicar as principais especificidades em questão. O funcionalismo moral sintético de Boyd e Brink concebe os termos morais (via *regulação causal*) como *designadores rígidos* de propriedades funcionais *de segunda ordem* *multiplamente realizáveis*. O funcionalismo moral sintético de Railton defende que os termos morais são funcionalmente definíveis (via *descrições definidas*), de modo que são *designadores não-rígidos* de propriedades naturais *de primeira ordem*. O funcionalismo moral analítico de Jackson sustenta que os termos morais são funcionalmente definíveis (via *análises ao estilo de rede*), de modo que são *necessariamente coextensivos* em relação a propriedades naturais *de primeira ordem*. Na última posição, não é explicitado se os termos morais funcionam como designadores rígidos ou não-rígidos. Além disso, após a *redução por análise linguística*, Jackson *elimina* os conceitos morais do vocabulário da teoria ética que descreve a ‘moralidade popular madura’ (*mature folk morality*). Railton, por sua vez, defende que os conceitos morais são conceitos funcionais, de modo que, após a *redução por identificação*, os conceitos morais retêm importância normativa no discurso moral.

2 O realismo moral naturalista de Peter Railton

A teoria metaética de Railton pretende se conformar com o naturalismo filosófico, pois a sua explicação reducionista é compatível com a existência de apenas um nível ontológico, o dos fatos naturais. Assim como os realistas de Cornell, Railton defende a *continuidade metodológica* entre as investigações moral e empírica, pois ele considera que a explicação dos fatos e propriedades morais deve ser capaz de figurar entre as explicações científicas sobre o mundo natural. Para alcançar esse objetivo, ele procura oferecer definições para a moralidade com base nas *definições sintéticas* que figuram nas explicações científicas. Como Terence Horgan e Mark Timmons (1991) explicam, as descobertas científicas estabeleceram, entre outras coisas, não que o termo ‘água’ é sinônimo da fórmula química ‘ H_2O ’, mas que a relação de identidade é, em vez disso, *entre as propriedades* ‘ser água’ e ‘ser composto por moléculas de H_2O ’. Esse tipo de definição é capaz de evitar o argumento de Moore, pois não há mais sentido em perguntar se ela deixa alguma questão aberta: as definições sintéticas não dependem da análise *a priori* do significado dos termos morais, mas da investigação *a posteriori* da natureza das propriedades designadas por esses termos. Railton defende uma analogia entre o funcionamento dos termos morais e o dos termos de tipos naturais, de modo que, a exemplo de ‘Água é H_2O .’, as definições éticas também podem ser alcançadas unicamente com a investigação empírica. Essas definições são *reformistas*, pois pretendem *revisar* o conteúdo do superficial dos juízos morais ordinários.

Para esclarecer esse último ponto, é preciso entender que as propostas revisionistas levam ao abandono de conceitos que se mostram inadequados para a explicação científica. Um exemplo disso é a descoberta científica de que a teoria sobre o ‘flogisto’ estava equivocada, pois foi verificado que a substância que a teoria afirmava ser responsável pela

combustão não exercia nenhum papel causal na explicação desse fenômeno. A explicação científica da combustão resultou, portanto, em uma *redução eliminativa*. Um exemplo de *redução justificadora*, isto é, *não-eliminativa*, está presente na descoberta científica de que ‘água é H₂O’. Ao estabelecer essa identidade, o conceito pré-científico ‘água’ não foi dispensado das explicações científicas, pois foi alcançada uma *revisão tolerável* que preserva os seus aspectos mais importantes. Isso porque o conceito ‘água’, diferentemente do conceito ‘flogisto’, não envolve a postulação de uma entidade supérflua, de modo que a redução de água a H₂O oferece uma *informação substantiva positiva* que justifica o papel causal exercido pelo conceito ‘água’ nas explicações científicas, reforçando a sua eficácia explanatória.

Como Railton reivindica que a *redução por identificação* a ser proposta para a moralidade é justificadora, ele entende que os conceitos morais não devem ser eliminados, mesmo com a redução dos fatos e propriedades morais a fatos e propriedades naturais, pois esses conceitos retêm um papel normativo importante. A sua proposta de definição reformista para a *correção moral* é derivada de uma definição reformista para a *bondade não-moral*. Assim, a teoria metaética de Railton defende o *realismo sobre o valor não-moral*, que é depois estendido para sustentar o *realismo normativo*, isto é, o realismo sobre as normas, incluindo aquelas que dizem respeito à correção moral. Segundo Railton (2013), no plano da racionalidade individual, existem *interesses subjetivos*, que são como qualidades secundárias, pois são supervenientes em relação a uma *base redutiva* formada pelas qualidades primárias *relacionais* e *disposicionais* de um indivíduo e dos objetos que estão presentes em seu contexto circundante. O conceito ‘bondade não-moral’ é explicado por meio de *interesses objetivos* que são informados pela seguinte idealização: um *interesse subjetivo objetivado* é o interesse que um indivíduo idealizado A+, que possui conhecimento

completo e utiliza a sua racionalidade instrumental de modo perfeito, gostaria que o seu eu não idealizado *A* desejasse “caso ele se encontrasse nas condições e circunstâncias reais de *A*” (RAILTON, 2013, p. 118). Esse modo de analisar a bondade não-moral é conhecido como a ‘*análise da informação completa*’. É importante esclarecer que apesar de a idealização servir para *informar*, é a base reductiva de fatos naturais que, em última instância, *explica* a existência dos interesses objetivos enquanto interesses que independem daquilo que um indivíduo pode subjetivamente desejar para si.

Para explicar a moralidade, Railton defende que, em vez da noção de racionalidade individual, é preciso da noção de racionalidade social. Assim, a correção moral, para uma sociedade, inclui a consideração dos interesses objetivos de “todos os indivíduos potencialmente afetados” (RAILTON, 2013, p. 138). A partir dessa definição, é possível agora explicitar o modo como Railton sustenta que a redução por identificação possibilita afirmar que as propriedades morais são propriedades naturais que desempenham um duplo papel, explicativo e normativo. Os fatos sobre a bondade não-moral, ou seja, sobre aquilo que constitui o interesse objetivo de um indivíduo, permitem que a noção de racionalidade individual desempenhe papéis na *explicação* da satisfação ou aflição de um indivíduo, bem como na evolução dos seus interesses. Os fatos sobre a correção moral, ou seja, sobre os interesses objetivos de uma sociedade, permitem que a noção de racionalidade social desempenhe papéis na *explicação* da satisfação ou aflição dos membros de uma sociedade, bem como na evolução das normas morais. O papel *normativo* desses fatos, no entanto, é distinto. Enquanto aquilo que é recomendado pela racionalidade individual se relaciona intimamente com o indivíduo para o qual é feita a recomendação, aquilo que é recomendado pela racionalidade social pode falhar em oferecer razões morais, pois a moralidade envolve a adoção de um ponto de vista social.

Railton adotou uma forma de *naturalismo moral sintético* que se distancia da explicação semântica oferecida por Boyd e Brink, pois não pressupõe que uma única propriedade natural regula causalmente os usos dos termos morais de modo rígido. Ele defende uma teoria da referência em que as relações causais entre os usos de um termo moral e os seus referentes são explicadas por meio da ideia de que os termos morais são designadores não-rígidos de propriedades naturais, pois eles permitem a *referência múltipla*. Desse modo, se as relações causais relevantes estiverem presentes em instanciações que envolvem propriedades naturais diferentes, o mesmo termo moral pode ser aplicado para se referir a essas propriedades. O objetivo de Railton é evitar o compromisso com o ‘*absolutismo sobre o valor*’, isto é, com a ideia de há uma concepção única de bem, que seria válida para todos os seres racionais. Desse modo, a partir do procedimento de idealização da racionalidade individual e social, vários tipos de vida podem ser considerados “igualmente melhores” para um indivíduo, assim como diferentes conjuntos de normas podem sê-lo para uma sociedade (RAILTON, 2013, p. 121, nota 19).

Mesmo com o endosso dessa concepção *pluralista* sobre o valor, a teoria semântica de Railton permite afirmar que “os termos morais são definíveis via descrições definidas que identificam as propriedades relevantes com base nos seus papéis funcionais distintos” (HORGAN; TIMMONS, 1996, p. 28, tradução nossa). Isso porque Railton adota um tipo de funcionalismo moral de primeira ordem, de modo que a sua teoria semântica define os termos morais não em relação a uma segunda ordem de propriedades funcionais, como fazem os realistas de Cornell, mas em relação aos papéis desempenhados por esses termos. Railton emprega a expressão ‘descrições de trabalho’ (*job descriptions*), com a qual ele pretende oferecer as descrições dos diversos papéis que “um termo [normativo ou não-normativo] exerce no

discurso, na deliberação e na regulação do afeto e da ação” (RAILTON, 2003, p. 77, tradução nossa). Conforme Horgan e Timmons explicam:

[...] a proposta de Railton para compreender o termo ‘racional’, estendida a termos como ‘correto’ e ‘bom’ em seus usos morais, é interpretar cada um desses termos como um designador não-rígido funcionalmente definível de alguma propriedade natural de primeira ordem – a única propriedade natural (se existir alguma) que satisfaz a descrição de trabalho ‘natural-factual’ que articula o significado de um determinado termo moral (HORGAN; TIMMONS, 1996, p. 32, tradução nossa).

Por conseguinte, é possível afirmar que a explicação proposta pela teoria semântica de Railton repousa precisamente nas descrições de trabalho, pois elas são responsáveis por fixar a referência e o significado dos termos morais na sua teoria metaética.

3 A conclusão negativa de Horgan e Timmons contra o realismo moral naturalista

Com o experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral, Terence Horgan e Mark Timmons pretendem testar as teorias semânticas defendidas pelo realismo moral naturalista. Isso porque cada variedade de realismo moral naturalista conta uma ‘história’ diferente para explicar como é fixada a referência dos termos morais, e o cenário da Terra Gêmea Moral pode se adaptar de acordo para refutar a teoria semântica proposta.⁸ Esse experimento de pensamento

⁸ O experimento de pensamento está presente em ao menos três artigos de Horgan e Timmons (1991, 1996, 2008), os quais são direcionados, respectivamente: (i) à teoria semântica de Boyd que é aceita pelo realismo moral naturalista da Escola de Cornell; (ii) à teoria semântica de Railton; e

integra uma argumentação maior que se espelha no Argumento da Questão Aberta de Moore, pois pretende demonstrar que, a exemplo das definições analíticas, as tentativas de oferecer definições sintéticas para os termos morais também estariam fadadas ao fracasso. Antes de considerar a versão do experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral que se aplica ao realismo moral naturalista de Railton, é importante ter uma visão geral do experimento de pensamento da Terra Gêmea, de Hilary Putnam, que Horgan e Timmons adaptaram para o domínio da moralidade.

3.1 A Terra Gêmea

No artigo *O significado de 'significado'* (2013), originalmente publicado em 1975, Hilary Putnam recusou a ideia de que o significado está exclusivamente 'na cabeça' dos falantes, uma posição que é conhecida, na filosofia da linguagem, pelo nome de *internalismo semântico*. Putnam pretendia defender que o significado depende, pelo menos em alguma medida, do modo como o mundo é naturalisticamente constituído. O seu argumento a favor do *externalismo semântico* emprega o experimento de pensamento da Terra Gêmea. O experimento consiste em supor que há um planeta idêntico à Terra em todos os aspectos, com a exceção de que, na Terra, os seus habitantes utilizam a palavra 'água' para se referir à substância familiar H_2O , enquanto, na Terra Gêmea, os seus habitantes utilizam a mesma palavra para se referir a uma substância que possui outra fórmula química, que pode ser abreviada pelas letras XYZ. Também é feita a suposição de que ambos os líquidos H_2O e XYZ são abundantes nos respectivos planetas em que estão presentes: ambos são líquidos potáveis, são encontrados em rios e mares, caem sob

(iii) à teoria semântica defendida pelo funcionalismo moral analítico de Jackson.

a forma de gotículas de chuva etc. Desse modo, pode ser dito que os líquidos cumprem as mesmas funções na Terra e na Terra Gêmea.

A partir do cenário estipulado, Putnam considera o seguinte questionamento: como explicar o significado em uma situação na qual dois indivíduos, o terráqueo e o terráqueo gêmeo (que podem, inclusive, ser cópias físicas e psicológicas idênticas), utilizam a mesma palavra ('água') para apontar coisas diferentes no mundo? Ele sugere duas teorias para explicar o que está acontecendo. Em uma delas, (i) a palavra 'água' é *relativa ao mundo*: os usos feitos pelo terráqueo e pelo terráqueo gêmeo indicam que esse termo tem o *mesmo significado*, mas *extensões diferentes*. Isto é, ainda que o mesmo conteúdo mental seja associado a essa palavra, os usos em questão se referem a coisas distintas. Nessa explicação, haveria a possibilidade de traduzir os usos desse termo de modo a sustentar que há água₁ (que, na Terra, é H₂O) e água₂ (que, na Terra Gêmea, é XYZ). Putnam, no entanto, rejeita essa explicação, pois prefere sustentar a teoria de que (ii) a palavra 'água' *não é relativa ao mundo*: o termo 'água' tem *significados diferentes* quando é utilizado pelo terráqueo e pelo terráqueo gêmeo, de modo que é possível determinar uma *mesma extensão* para esse termo. Nessa explicação, os usos do termo 'água' pelo terráqueo e pelo terráqueo gêmeo não são traduzíveis, pois "água é H₂O em todos os mundos" (PUTNAM, 2013, p. 293). Assim, Putnam aceita a ideia de que o termo 'água' *designa rigidamente* H₂O em todos os mundos possíveis em que essa substância existe, como Saul Kripke (2012) defendeu. Esses filósofos concordam é possível oferecer *definições sintéticas* para os nomes e os termos de tipos naturais, de modo que afirmações de identidade como 'água = H₂O' constituem *verdades necessárias não-analíticas*, pois são verdadeiras em todos os mundos possíveis em que a substância em questão existe.

Putnam reivindica a teoria (ii) ao defender a *indexicalidade* dos termos de tipos naturais, como a palavra ‘água’. Isso porque em cada uso dessa palavra, o falante está se referindo ao líquido que preserva uma relação de semelhança, que Putnam denominou ‘*mesmo_L*’ (‘mesmo líquido que’), com uma porção desse líquido *no mundo atual*. Assim, quando o terráqueo segura um copo do líquido H₂O, e diz ‘isto é água’, ele está oferecendo uma *definição ostensiva* ao indicar que a palavra ‘água’ é aplicada aos líquidos que equivalem ao ‘mesmo líquido que’ *este* que está no copo. Por conta da indexicalidade da palavra ‘água’, os usos feitos por terráqueos e terráqueos gêmeos têm significados diferentes, e não podem ser traduzidos, pois é possível *determinar* que a palavra ‘água’ tem uma mesma extensão, a água *ao redor daqui*, H₂O. Como a referência é fixada por meio desse tipo de definição ostensiva, a teoria (ii), e não (i), é corroborada. Desse modo, pode ser afirmado que XYZ não é água, e que o desacordo entre terráqueos e terráqueos gêmeos é um *desacordo aparente*, isto é, meramente verbal, e não um *desacordo genuíno*. Por isso, Putnam afirma que não faz sentido, caso os habitantes dos dois planetas alguma vez se encontrassem, que terráqueos e terráqueos gêmeos discutissem sobre a natureza da água, sobre qual é a extensão à qual o mesmo termo utilizado por eles se refere. Esse debate seria ‘tolo’ porque, apesar de os usos que eles fazem desse termo terem significados diferentes, é possível resolver o desacordo verbal entre eles ao olhar para o mundo: o uso ‘água₁’ (pelo terráqueo) tem como extensão a substância H₂O; o uso ‘água₂’ (pelo terráqueo gêmeo) tem como extensão a substância XYZ, que não é água, pois é um líquido que não está na relação de semelhança *mesmo_L* com o líquido H₂O.

3.2 A Terra Gêmea Moral

Conforme foi mencionado, o experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral é uma adaptação do experimento original de Putnam para um cenário que envolve a moralidade. Horgan e Timmons supõem que há dois planetas idênticos em todos os seus aspectos naturais, e, inclusive, no funcionamento da moralidade, tanto no *discurso moral* quanto na *prática moral*. Isso porque terráqueos e terráqueos gêmeos utilizam os termos do vocabulário moral para fazer avaliações e tendem a se sentir dispostos a seguir os seus juízos morais, pois as considerações morais têm, para ambos, importância na deliberação sobre o que fazer. A fim de testar a teoria semântica presente no realismo moral naturalista de Railton, o experimento de pensamento supõe que, na Terra, as propriedades naturais às quais os usos dos termos morais se referem de maneira não-rígida são capturadas por uma teoria normativa consequencialista, T^c , que é verdadeira a respeito dos terráqueos. Na Terra Gêmea, há propriedades naturais distintas, não-consequencialistas, às quais os usos dos termos morais se referem de maneira não-rígida, e que são capturadas por uma teoria normativa deontológica, T^d , que é verdadeira a respeito dos terráqueos gêmeos.

Antes de considerar as consequências do cenário descrito acima, é importante fazer alguns esclarecimentos sobre o procedimento argumentativo adotado por Horgan e Timmons. Esses filósofos questionam quais intuições decorrem do experimento de pensamento, verificando se elas corroboram ou contrariam a explicação proposta pela teoria semântica de Railton. Segundo Horgan e Timmons, esse procedimento tem a forma de um *argumento de competência semântica*, pois, “[p]resumivelmente, os detentores competentes de termos e conceitos *morais* têm um domínio intuitivo semelhante do funcionamento semântico [...] dos

termos e conceitos morais em geral” (HORGAN; TIMMONS, 2008, p. 224, grifo dos autores, tradução nossa). Isso porque os juízos intuitivos pré-teóricos que os falantes competentes fazem sobre os cenários de Terra Gêmea constituem uma ‘evidência empírica forte’, embora ‘falível’, em relação à verdade ou falsidade de uma teoria semântica. Nesse ponto, Horgan e Timmons (2008) apelam para um procedimento ‘não-demonstrativo’ conhecido como *Inferência à Melhor Explicação*, pois o seu argumento pretende mostrar que a melhor explicação disponível para os juízos intuitivos sobre os cenários de Terra Gêmea é que eles *de fato* refletem a competência semântica das pessoas. A explicação oferecida por Putnam sobre a determinação da referência do termo ‘água’ reafirma, isto é, considera válidas, as intuições que decorrem do cenário da Terra Gêmea, de que os usos feitos por terráqueos e terráqueos gêmeos têm significados diferentes, e não são traduzíveis. Segundo Horgan e Timmons, o mesmo deve ocorrer com a explicação proposta pelo realismo moral naturalista, que também pretende defender uma teoria semântica externalista ao endossar a analogia entre o funcionamento dos termos morais e o dos termos de tipos naturais. No entanto, conforme será visto, as teorias semânticas defendidas pelo realismo moral naturalista contrariam as intuições que decorrem do cenário da Terra Gêmea Moral, de modo que, na ausência de uma justificativa plausível, elas ‘muito provavelmente’ são falsas. Consequentemente, sem uma teoria semântica, que é o elemento crucial para explicar como a referência dos termos morais pode estar vinculada a propriedades naturais, a nova onda de realismo moral torna-se inviável. Esse argumento não afirma que é *impossível* construir uma teoria semântica satisfatória para o realismo moral naturalista, mas que, por conta de as teorias semânticas disponíveis serem refutadas uma a uma, a estratégia geral de combinar o funcionalismo na

ontologia moral com o externalismo semântico se mostra pouco promissora.

A partir do cenário da Terra Gêmea Moral, Horgan e Timmons afirmam que há duas possibilidades para a teoria semântica de Railton explicar os usos que os terráqueos e os terráqueos gêmeos fazem dos termos morais, por exemplo, do termo ‘bom’: (i) o termo ‘bom’ tem o *mesmo significado*, mas *extensões diferentes*, ou seja, designa não-rigidamente propriedades naturais distintas; ou (ii) os usos feitos por terráqueos e terráqueos gêmeos têm *significados diferentes* e é possível *determinar* uma *mesma extensão* para o termo ‘bom’. Se a teoria semântica de Railton é verdadeira, ela deve, como ela mesma reivindica, *determinar* não-rigidamente a propriedade natural que constitui o referente de um termo moral. É então esperada uma explicação análoga àquela que Putnam ofereceu para o termo ‘água’, ou seja, (ii). O problema para o realismo moral naturalista é que a intuição que decorre do cenário da Terra Gêmea Moral desfavorece a explicação segundo o externalismo semântico, ao contrário da intuição que decorre do experimento de pensamento de Putnam. Além disso, as duas explicações que o realismo moral naturalista pode oferecer para o cenário da Terra Gêmea Moral resultam na necessidade de aceitar alguma forma de relativismo moral, algo que os defensores da nova onda de realismo moral recusam, em nome de uma explicação ‘robusta’ para a objetividade dos fatos morais enquanto entidades naturais que são, em alguma medida, independentes da mente humana. No que se segue, reconstituirei a objeção ao realismo moral naturalista de Railton a partir do dilema destrutivo, apontado por Horgan e Timmons (1996, 2008), entre as posições relativistas (A) e (B) abaixo.

(A) *Relativismo conceitual chauvinista*: Railton pode insistir que é possível, ao menos na condição ideal de informação completa, *determinar* a propriedade natural que,

a partir das descrições de trabalho, fixa a referência de um termo moral como 'bom'. Essas descrições de trabalho, segundo a sua teoria metaética, integram explicações empíricas sobre o mundo natural, de modo que os termos morais são capturados pela teoria normativa que é verdadeira a respeito dos seres humanos. Essa resposta pressupõe, de maneira problemática, que os terráqueos gêmeos *nunca* podem ter conceitos morais, pois insere, de maneira arbitrária, na própria compreensão dos conceitos morais, que eles são os conceitos relevantes *para os seres humanos*.⁹ Isso porque, segundo a teoria semântica de Railton, as descrições de trabalho especificam o significado, de modo que a diferença entre as descrições de trabalho na Terra e na Terra Gêmea implicaria uma diferença nos significados dos termos utilizados pelos terráqueos e pelos terráqueos gêmeos. Consequentemente, não haveria desacordo genuíno, mas apenas verbal, entre eles.¹⁰

Negar que o desacordo em questão seja genuíno, e insistir que os usos dos termos morais não são traduzíveis, não ajudará o realista moral, uma vez que “os desacordos morais profundos do tipo descrito no cenário da Terra Gêmea Moral

⁹ Horgan e Timmons sustentam que essa explicação do realista moral destoa da explicação oferecida por Putnam sobre a determinação da referência do termo 'água', que “é uma forma *não-chauvinista* de relativismo conceitual, pois ela não impede, de maneira equivocada, que os terráqueos gêmeos não-humanos de Putnam possuam um conceito que eles realmente possuem [ainda que o conceito correspondente seja diferente]” (HORGAN; TIMMONS, 2008, p. 228, grifo dos autores, tradução nossa).

¹⁰ A explicação de Putnam, de que os significados dos usos que terráqueos e terráqueos gêmeos fazem da palavra 'água' são distintos e não traduzíveis, não contraria, mas, em vez disso, corrobora o juízo intuitivo pré-teórico de que não há desacordo genuíno, mas apenas verbal, entre as duas partes. No cenário da Terra Gêmea Moral, uma explicação como essa, de que há *incomensurabilidade semântica* e *conceitual*, contraria o juízo intuitivo pré-teórico de que há desacordo genuíno, como será visto a seguir.

muito provavelmente existem aqui na Terra” (HORGAN; TIMMONS, 2008, p. 232, tradução nossa). A explicação relacional e disposicional de Railton parece estar em vantagem para lidar com as diferenças socioculturais, pois a sua teoria semântica defende a designação não-rígida dos termos morais. No entanto, o problema de associação com uma teoria normativa específica atinge mesmo a teoria semântica de Railton:

Apesar de [a designação não-rígida] significar que um determinado termo moral pode designar propriedades de primeira ordem diferentes em situações diferentes (ou para populações diferentes), as propriedades designadas pelos termos morais devem sempre se conformar coletivamente à teoria normativa específica T^c. (HORGAN; TIMMONS, 1996, p. 33-34, nota 18, tradução nossa)

(B) *Indeterminação moral radical*: Railton poderia ‘recuar’ na sua posição e conceder que os conceitos morais podem ser atribuídos aos terráqueos gêmeos. Isso porque as descrições de trabalho relevantes, segundo Railton (2017), incluem a referência a casos paradigmáticos, de modo que é possível afirmar que os termos e conceitos morais podem ser funcionalmente definidos por certas *platitudes morais*, por exemplo, o pressuposto comumente aceito de que a agonia fornece razões para evitar ações que a produzem. No entanto, ao ser limitada a platitudes do senso comum, a ‘história’ contada pela teoria semântica de Railton será insuficiente para fixar a referência dos termos morais. Isso se deve ao fato de que esse tipo de restrição *a priori* é compatível com muitas teorias normativas diferentes (que podem, inclusive, interpretar essas restrições de maneiras distintas), e que costumam gerar vereditos incompatíveis sobre as questões morais. Consequentemente, a indeterminação moral seria radical, tanto em relação à referência dos termos morais quanto em relação ao valor de verdade das afirmações morais.

Horgan e Timmons sustentam que um possível debate entre terráqueos e terráqueos gêmeos sobre a natureza bondade não seria apenas um desacordo verbal, como a disputa sobre a natureza da água. A explicação recusada por Putnam tem mais força no cenário da Terra Gêmea Moral, pois os usos do termo ‘bom’ pelo terráqueo e pelo terráqueo gêmeo parecem ter o mesmo significado.¹¹ O debate entre eles tem sentido porque ambos têm interesse prático em saber quem tem as crenças morais verdadeiras, ou seja, qual é a teoria normativa correta, T^c ou T^d. Essa é a questão fundamental que está na base do seu desacordo, e não uma mera diferença no significado. Nessa explicação, a teoria semântica de Railton implica que os usos do termo ‘bom’ feitos pelo terráqueo e pelo

¹¹Perceba que Horgan e Timmons recorrem à ideia de que os usos dos termos morais por terráqueos e terráqueos gêmeos expressam o *mesmo* significado, ou que ambos têm o *mesmo* conceito. De acordo com Horgan e Timmons: “[a]s partes discordantes podem ter *concepções* muito diferentes de bondade ou correção, o que as leva a juízos morais e crenças morais muito diferentes, mas, ainda assim, terem o mesmo *conceito* de bondade e correção [...]. Os casos aparentes de desacordo moral radical são exatamente o que parecem: desacordos genuínos.” (HORGAN; TIMMONS, 1996, p. 16, grifos dos autores, tradução nossa) David Plunkett e Tim Sundell (2013) oferecem um contraponto a Horgan e Timmons. Para eles, mesmo se os desacordos presentes no cenário da Terra Gêmea Moral forem desacordos morais genuínos, ao menos alguns desacordos morais genuínos podem ser explicados enquanto ‘*negociações metalinguísticas*’, ou seja, situações em que os falantes discordam sobre qual conceito deveria ser empregado, em um determinado contexto, em diversas áreas, por exemplo, na ética. Desse modo, é possível afirmar que nem todos os desacordos morais genuínos têm como base a aceitação de um mesmo conceito, tal como um conceito compartilhado de ‘bom’. Plunkett e Sundell defendem que isso bloqueia a inferência a respeito da teoria semântica dos termos morais que o argumento de competência semântica de Horgan e Timmons pretende extrair. A intenção de Plunkett e Sundell é salvaguardar as teorias metaéticas que defendem uma teoria semântica contextualista, o que pode ser compatível, inclusive, com o realismo moral. Conforme será visto na próxima seção, Horgan e Timmons também defendem uma teoria semântica contextualista que, no entanto, integra uma teoria metaética antirrealista.

terráqueo gêmeo são traduzíveis: o uso ‘bom₁’ tem como extensão uma propriedade natural capturada por uma teoria consequencialista; e o uso ‘bom₂’ tem como extensão uma propriedade natural capturada por uma teoria deontológica.¹² Consequentemente, o realista moral é levado a admitir a existência de desacordos morais genuínos (entre crenças morais e entre teorias normativas incompatíveis). Com isso, ele passa a defender o relativismo moral, o que constitui uma objeção capaz de refutar a teoria semântica de Railton, pois ela almeja explicar a objetividade da moralidade, mas não é capaz de determinar a referência dos termos morais.¹³

¹²A intuição de que o realismo moral naturalista oferece uma explicação que deixa margem para a *tradutibilidade* dos termos morais havia sido defendida, antes do experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral, pelo ‘argumento dos missionários e canibais’, de Richard Hare (1952). A ideia básica desse argumento é que o desacordo moral não está no mundo, mas nas atitudes dos falantes. Isso porque a explicação da moralidade em termos de uma realidade de fatos morais sempre torna possível que os termos morais sejam utilizados, por duas pessoas ou comunidades, para apontar propriedades naturais diferentes no mundo. Hare então insiste que os termos morais possuem uma função semântica distinta, que serve para a orientação das ações, o que está de acordo com as teorias que defendem o expressivismo moral. Assim, no lugar de crenças a respeito de fatos e propriedades morais, a teoria metaética de Hare, o *Prescritivismo universal*, tem como base a expressão de uma atitude conativa, de modo que as afirmações morais são explicadas em termos de *imperativos morais racionalmente universalizáveis*.

¹³Horgan e Timmons (1991) sugerem uma versão do Argumento da Questão Aberta aplicável à nova onda de realismo moral, pois uma teoria semântica como a defendida por Railton não consegue determinar que ‘ter a propriedade natural *N*’ implica ‘ter a propriedade moral *M*’, nem vice-versa. As questões que permanecem abertas são, respectivamente, ‘*X* tem *N*, mas *X* tem *M*?’ e ‘*X* tem *M*, mas *X* tem *N*?’

4 A conclusão positiva de Horgan e Timmons a favor do Cognitivismo não-descritivista

Horgan e Timmons não se limitam a utilizar o procedimento de Inferência à Melhor Explicação *negativamente*, ou seja, apenas para argumentar contra o realismo moral naturalista. Eles também pretendem, apoiados nas conclusões extraídas a partir do experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral, argumentar *positivamente* a favor de uma teoria metaética bastante específica. Horgan e Timmons (2006a, 2006b, 2008) propõem que a melhor explicação disponível para o cenário da Terra Gêmea Moral provém de uma teoria metaética híbrida que eles denominam ‘Cognitivismo não-descritivista’ e, ainda, ‘Cognitivismo expressivista’. Por meio da seguinte comparação é possível perceber como essa teoria metaética pretende se diferenciar das posições que tradicionalmente costumam ser aceitas. Os realistas morais, que são cognitivistas, são também *descritivistas*, pois defendem que a crença em uma realidade de fatos morais (naturais ou não-naturais), que é o *conteúdo* dos juízos morais e das afirmações morais, *sempre* pretende ser uma descrição verdadeira do mundo. Os não-cognitivistas, que são antirrealistas morais, são também *não-descritivistas*, pois defendem que a moralidade deve ser explicada pela expressão de alguma atitude conativa, que é o *conteúdo* dos juízos morais e das afirmações morais. Como não há fatos morais, esses juízos e afirmações morais, diferentemente das crenças não-morais, *nunca* pretendem descrever o mundo.

Segundo Horgan e Timmons, uma teoria metaética *não-descritivista* é corroborada pela dificuldade que o realista moral tem em explicar como os termos morais podem se referir a propriedades naturais. Por conta disso, o Cognitivismo não-descritivista abandona o projeto do realismo moral de acomodação naturalista dos fatos morais, pois defende o naturalismo filosófico por meio do

eliminativismo dos fatos morais: simplesmente não há fatos morais, e existe apenas o nível ontológico dos fatos naturais. Assim, Horgan e Timmons adotam uma forma de *antirrealismo moral* e aceitam o cognitivismo moral, isto é, a ideia de que os juízos morais expressam crenças. No entanto, essas crenças, que são o *conteúdo* dos juízos morais e das afirmações morais, *nunca* pretendem descrever o mundo. Ao abraçar o não-descritivismo, essa forma de cognitivismo moral se aproxima das formas de *expressivismo quase-realista* defendidas por Blackburn e Gibbard.¹⁴

O Cognitivismo não-descritivista sustenta que as crenças morais constituem um tipo *distinto* de crença. Enquanto as afirmações não-morais são cognitivas e descritivas, as afirmações morais são cognitivas e não-descritivas, espelhando uma divisão entre dois tipos básicos de crenças, *sui generis*, que são semanticamente não-redutíveis um ao outro. Segundo Horgan e Timmons, em um dos lados dessa divisão, estão as crenças, afirmativas ou negativas, que expressam ‘compromissos com o que é o caso’ (*is-commitments*) e, do outro lado, estão as crenças, afirmativas ou negativas, que expressam ‘compromissos com o que deve ser o caso’

¹⁴ Apesar de o expressivismo quase-realista e o Cognitivismo expressivista se aproximarem por conta do objetivo de explicar a aparência realista do discurso moral por meio do antirrealismo moral, a diferença entre essas posições é que apenas o Cognitivismo expressivista defende uma perspectiva *híbrida*, em que os juízos morais são tratados, desde o começo, como crenças genuínas. O expressivismo quase-realista procura oferecer uma explicação para a cognitividade do discurso moral por meio da concepção *minimalista* (ou *deflacionária*) do termo ‘verdade’, em que qualquer conteúdo substancial é esvaziado desse termo (por exemplo, a ideia de que a verdade consiste na *correspondência* a fatos no mundo). Essa explicação é oferecida em termos da expressão de uma atitude conativa de *assentimento*. Talvez as formas mais sofisticadas de expressivismo quase-realista tenham se tornado cognitivistas, pois admitem uma explicação para o conhecimento de verdades morais. No entanto, o ponto é que essa explicação não parte da ideia de que os juízos morais expressam crenças.

(*ought-commitments*). Horgan e Timmons (2006a) explicam que falar sobre o *conteúdo* de juízos é algo ‘*pleonástico*’, pois dizer que um juízo ou afirmação moral tem conteúdo cognitivo seria uma forma de indicar que se trata de uma crença genuína ou de uma afirmação genuína. No entanto, o reconhecimento desse conteúdo não implica tratar os conteúdos não-descritivos enquanto *entidades*. Isso porque apenas os estados psicológicos e as sentenças com conteúdo descritivo são capazes de corresponder a um estado de coisas que faz com que eles sejam verdadeiros.

Uma das principais vantagens do Cognitívismo não-descritivista é que ele está em melhor posição para explicar como os juízos morais podem permitir um *papel distinto* para a motivação moral, dada a diferença entre as crenças não-morais e as crenças morais. Enquanto as primeiras são *factuais*, pois expressam ‘compromissos com o que é o caso’, as últimas são *não-factuais*, pois expressam ‘compromissos com o que deve ser o caso’. Apesar disso, a posição antirrealista de Horgan e Timmons enfrenta algumas preocupações epistemológicas, e a principal delas diz respeito a como explicar a tendência que temos, no discurso cotidiano, de atribuir valor de verdade aos juízos morais. Horgan e Timmons propõem a seguinte explicação:

Na nossa visão, a forma adequada de compreender a atribuição de verdade em relação às crenças e afirmações morais é abordar as atribuições de verdade como atos de fala metalinguísticos [...]. [...] Isso talvez possa ser melhor entendido como envolvendo duas ideias subjacentes. Primeiro, os usos ordinários do predicado verdade funcionam de acordo com o seguinte esquema, chamado ‘esquema T’,

‘S’ é verdadeiro se, e somente se, S

onde ‘S’ é alguma sentença declarativa em uma linguagem. [...] Segundo, quando alguém predica verdade de um juízo

moral, está engajado em um ato de afirmar ‘metalinguisticamente’ a afirmação moral de primeira ordem em questão ([...] chamando-[a] de verdadeir[a].) Tal afirmação, feita metalinguisticamente ao empregar o conceito semântico de verdade, é uma ‘fusão’ moralmente engajada de avaliação semântica e moral. (HORGAN; TIMMONS, 2006b, p. 234,¹ tradução nossa)

De acordo com Horgan e Timmons (2008), essa atribuição de verdade, feita de um modo moralmente engajado, consiste em expressar, em um nível mais elevado do discurso, uma *crença moral*, ou seja, um ‘compromisso com o que deve ser o caso’.¹⁵ Por conta disso, a atribuição de verdade aos juízos morais também resulta ser *não-descritiva* quanto ao conteúdo geral declarativo expresso nesse nível mais elevado do discurso. Além disso, Horgan e Timmons procuram complementar a explicação da verdade moral do seguinte modo:

O cognitivismo não-descritivista não afirma, no entanto, que esse modo moralmente engajado de utilizar o predicado verdade é o único uso legítimo. Nós sustentamos que o

¹⁵ Mesmo se aquilo que Horgan e Timmons caracterizam como ‘crenças morais’ não forem crenças distintas, mas ‘compromissos com o que é o caso’, a teoria do erro resultante do Cognitivismo não-descritivista seria muito diferente da teoria do erro de John Mackie. Este último defendeu que as afirmações morais pretendem ser descritivas, mas não são, de modo que não resta alternativa senão abandonar o discurso moral, dado que ele é sistematicamente equivocado. Já Horgan e Timmons sustentam que “as crenças morais e as asserções morais têm papéis psicológicos e sociológicos importantes, legítimos e até indispensáveis a exercer, mesmo se elas também incluírem um aspecto errôneo de descritividade” (HORGAN; TIMMONS, 2006a, p. 274, nota 14, tradução nossa). Além disso, apesar de as teorias de Mackie e de Horgan e Timmons combinarem o cognitivismo moral com o antirrealismo moral, os dois últimos defendem que eles não são teóricos do erro. Isso porque, conforme será visto a seguir, eles explicam as verdades morais nos termos de uma teoria semântica contextualista. Desse modo, eles não sustentam que o discurso moral contém somente falsidades, como Mackie defendeu.

conceito de verdade é regido por parâmetros semânticos implícitos, contextualmente variáveis, e que, no caso das crenças e afirmações morais, qualquer um dos três usos distintos do predicado verdade pode ser semanticamente autorizado em um contexto específico: (1) um uso moralmente engajado [...], que expressa as próprias crenças morais de alguém, (2) um uso moralmente desengajado, [...], *correspondencial*, sob o qual somente crenças e afirmações cujo conteúdo geral declarativo é descritivo podem ser verdadeiras ou falsas, e (3) um uso moralmente desengajado, [...], *manifestadamente relativista*, sob o qual as atribuições de verdade são explicitamente relativizadas aos padrões morais de alguma pessoa ou grupo específico. (HORGAN; TIMMONS, 2008, p. 234, nota 8, grifos dos autores, tradução nossa)

O Cognitívismo não-descritivista se compromete, portanto, com uma teoria semântica *contextualista*, que se caracteriza por não pressupor a *univocidade semântica* que o realismo moral naturalista espera dos usos dos termos morais. É precisamente por conta disso que Horgan e Timmons utilizam a objeção contra o realismo moral naturalista, proposta por meio do experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral, para defender o cognitívismo moral em uma versão não-descritivista que integra uma teoria metaética antirrealista.

5 O Cognitívismo não-realista de Derek Parfit como uma saída para Railton

No que se segue, proporei um contraponto ao Cognitívismo não-descritivista de Horgan e Timmons, e argumentarei, pelos motivos indicados nesta seção, que o Cognitívismo não-realista defendido por Derek Parfit (2017) merece ser considerado como uma saída para Railton, dado que essa teoria metaética pode constituir uma explicação mais plausível que o Cognitívismo não-descritivista de Horgan e Timmons. O contraponto em questão começa pela negação da

ideia de que o naturalismo filosófico tenha que ser assumido em todas as suas teses metafísicas e epistemológicas, como um ‘pacote’. Apesar de defender o não-naturalismo moral para explicar as afirmações morais mais fundamentais, que *envolvem* ou *implicam razões normativas*, Parfit concorda com a ideia de que é possível defender o naturalismo moral a partir do *naturalismo metodológico*, sem endossar o *naturalismo metafísico*. Parfit procura mostrar que é precisamente por assumir o pacote completo do naturalismo filosófico que o realismo moral e o antirrealismo moral são equivocados. Por isso, ele sustenta que o naturalismo moral pode ser defendido a partir de uma visão mais ampla, e, conforme pode ser visto nos comentários de Railton que foram incluídos no livro mais recente de Parfit, Railton aceitou defendê-lo dessa maneira.¹⁶ De acordo com essa visão mais ampla, que Parfit chamou de *Cognitivismo não-realista*, uma parte dos fatos morais são constituídos por propriedades naturais, no sentido *coextensional* do termo ‘propriedade’, conforme o naturalismo moral de Railton defende, pois são fatos relacionais e disposicionais. A outra parte dos fatos morais possui propriedades não-naturais, como os fatos sobre a *correção moral* e sobre as *razões normativas*. O não-naturalismo moral do próprio Parfit permite uma explicação *não-metafísica* desses fatos: eles possuem propriedades no sentido *pleonástico* ou ‘adequado-à-descrição’ (*description-fitting*) do termo ‘propriedade’, pois, assim como os fatos lógicos, matemáticos e modais, eles têm propriedades não-naturais que *preenchem descrições verdadeiras* a seu respeito. Essa forma descritivista de cognitivismo moral não resulta em uma explicação *substancial* dos fatos e propriedades morais não-naturais, pois

¹⁶ Isso é possível pelo motivo de que Railton não se compromete *de saída* com a defesa do naturalismo metafísico, mas apenas com o naturalismo metodológico, o qual ele anteriormente acreditava que *resultaria* na possibilidade de defender uma visão metafísica sobre a natureza da realidade.

não implica a sua existência enquanto *entidades*, o que evita, portanto, as implicações metafísicas relacionadas ao platonismo moral. Desse modo, Parfit defende que o termo ‘realidade’ pode ser entendido em um sentido amplo, que inclui tanto as verdades morais empíricas (naturais) quanto as não-empíricas (não-naturais), visto que as verdades morais podem ser substanciais.

Parfit defende o Cognitívismo não-realista como uma *Teoria Tríplice* na metaética, pois ela possibilitaria a *congruência* e a *convergência* entre uma forma mais ampla de defender o *naturalismo moral*, o *não-naturalismo moral* sobre certos fatos e propriedades morais e a explicação da cognitividade do discurso moral alcançada pelo *expressivismo quase-realista* de Gibbard. É necessário esclarecer que o próprio Gibbard (2012) defendeu a compatibilidade entre as versões mais sofisticadas de expressivismo e de não-naturalismo moral. Gibbard já havia aceitado que os conceitos normativos são não-naturalistas, e ele também pode aceitar o sentido adequado-à-descrição do termo ‘propriedade’ para explicar as propriedades morais, pois se trata de um sentido *não*-substancial. Desse modo, Gibbard pode reconhecer a existência de verdades morais que preenchem descrições verdadeiras sobre propriedades não-naturais. Parfit afirma que, ao fazer esse movimento, Gibbard iria além da sua concepção minimalista sobre o termo ‘verdade’ e assumiria uma versão expressivista do Cognitívismo não-realista.

É possível afirmar que o Cognitívismo não-realista possui as seguintes implicações na epistemologia moral. Parfit defende a ideia de que os juízos morais são cognitivos e *proposicionais*, pois expressam crenças que pretendem *descrever* verdades morais. Ele acrescenta que (1) uma parte desses juízos proposicionais diz respeito a fatos que têm propriedades naturais (no sentido coextensional do termo ‘propriedade’), de modo que tais juízos podem constituir

verdades morais empíricas. Ele também sustenta que (2) a outra parte desses juízos proposicionais diz respeito a fatos que têm propriedades não-naturais (no sentido adequado-à-descrição do termo ‘propriedade’), de modo que tais juízos podem constituir verdades morais não-empíricas. Além disso, a partir da ideia de que há juízos morais que são cognitivos, mas *não*-proposicionais e *não*-descritivos, pois envolvem outros elementos além de crenças, como *saber-cómo* e *familiaridade*, considero pertinente fazer os seguintes acréscimos à epistemologia moral do Cognitivismo não-realista. Primeiro, (3) os juízos morais que envolvem o saber-cómo moral podem constituir conhecimento prático e serem verdadeiros não pela correspondência a fatos no mundo, mas, talvez, por algum modo associado à sua coerência (entendida não apenas como uma coerência entre as crenças, mas, principalmente, entre as crenças e os atos que são parte de alguma atividade específica). Segundo, (4) uma parte do discurso moral envolve o conhecimento por familiaridade de *coisas* ou *pessoas*, isto é, o conhecimento pelo contato direto com o estado de coisas que faz os juízos e as afirmações morais serem verdadeiras (embora esse conhecimento, por si só, não constitua um juízo e, por isso, não possua um critério de verdade). Por conseguinte, pode ser dito que as duas últimas formas de conhecimento moral mantêm relações distintas com a verdade, de modo que não pretendem descrever o mundo.

A visão epistemológica (1)-(4) pode ser capturada por uma teoria semântica que oferece um retrato multidimensional das afirmações morais, isto é, que não se limita a uma visão unívoca: algumas delas são descritivas (nos sentidos coextensional e adequado-à-descrição) e, outras, conforme acrescentei, são não-descritivas. Os tipos de conhecimento moral indicados acima espelham uma divisão que é pertinente também no conhecimento não-moral, com a exceção de que o conhecimento moral está mais intimamente conectado à motivação moral. Por conta disso, é relevante

levantar o seguinte questionamento: como um cognitivista moral pode explicar essa diferença se ele trata o juízo moral como a expressão de uma crença? Conforme Jon Tresan (2015) esclarece, os experimentos de pensamento que envolvem a suposição de indivíduos *amoralistas* (isto é, indivíduos que, na literatura metaética, se convencionou dizer que não se sentem motivados pelos seus juízos morais) reforçam a defesa de um *internalismo negativo*. Ou seja, tais experimentos ajudam a sustentar que a presença de motivação é uma condição *necessária* para afirmar que um juízo moral foi feito, pois há uma forte tendência de não reconhecer que um juízo moral genuíno é feito pelos amoralistas. Por outro lado, Tresan sugere que a defesa de um *internalismo positivo* é corroborada por experimentos de pensamento como o de Horgan e Timmons. Isso porque a presença de motivação nos juízos feitos pelos terráqueos gêmeos tende a ser vista como uma condição *suficiente* para afirmar que eles estão fazendo juízos morais genuínos. Tradicionalmente, esses dois tipos de intuições sobre a motivação moral beneficiaram os não-cognitivistas, que defendem uma teoria semântica distinta para a moralidade ao explicar os termos morais a partir da expressão de uma atitude conativa que é, ela própria, um estado mental motivador. Outros filósofos antirrealistas, como os teóricos do erro, aproveitaram as intuições sobre a motivação moral para afirmar que se os fatos morais existissem, eles seriam metafisicamente ‘estranhos’, pois teriam de ser semelhantes aos fatos não-morais, mas também precisariam ter a característica distinta de que as crenças a seu respeito seriam intrinsecamente motivadoras.

Um cognitivista moral que almeja superar ambas as posições antirrealistas acima pode começar a sua explicação afirmando que as crenças morais são como as crenças não-morais, e que é precisamente o acompanhamento da motivação que faz com que seja possível aplicar o *conceito* de juízo moral a alguma crença. Segundo Tresan (2006, 2009),

a conexão *necessária* entre os juízos morais e a motivação moral está presente no conceito de juízo moral, e não no estado mental de crença que efetivamente constitui um juízo moral. Essa forma de *internalismo de juízo* é, portanto, *não-constitutiva* quanto à *relação* entre o juízo moral e a motivação moral. Nesse ponto, é possível admitir, como os realistas morais sempre preferiram, que a motivação pode ou não acompanhar o estado mental de juízo moral, pois esse acompanhamento não é necessário. O que é necessário é que haja tal acompanhamento para que uma crença seja reconhecida (ou melhor, ‘individuada’) como um juízo moral. Desse modo, a defesa do internalismo de juízo não-constitutivo pode ser vista como uma forma de superar a dicotomia tradicional, na psicologia moral filosófica, entre o ‘internalismo moral’ e o ‘externalismo moral’: respectivamente, entre a afirmação de uma necessidade e a negação dela a respeito da conexão entre os juízos morais e a motivação moral.¹⁷ Isso porque essa conexão é melhor explicada por uma *necessidade* conceitual forte, mas por relações *contingentes* no que se refere à constituição do estado mental de juízo moral.

Evidentemente, a posição que apresentei nesta seção precisa ter os seus detalhes devidamente preenchidos com relação a diversos aspectos. Ainda assim, as explicações indicadas acima, que essa posição pode oferecer nos diferentes domínios da metaética (respectivamente, na ontologia moral, na epistemologia moral, na semântica moral e na psicologia moral filosófica), parecem torná-la plausível demais para ser ignorada. Talvez a maior parte das

¹⁷Gostaria de fazer um breve esclarecimento sobre a expressão ‘psicologia moral filosófica’. O emprego dessa expressão diz respeito à investigação metaética dos aspectos práticos da moralidade, ligados sobretudo à motivação moral. Com a indicação de que a natureza dessa investigação é ‘filosófica’, pretendo diferenciar a psicologia moral, enquanto um subdomínio da metaética, de estudos empíricos, por exemplo, neurocientíficos e psicológicos, que tratam da moralidade humana.

dificuldades na metaética possa ser resolvida com o abandono da tentativa de oferecer explicações demasiadamente limitadas, por exemplo, nos termos de uma teoria semântica unívoca para a moralidade. Da mesma forma que os realistas morais costumam sustentar que *todos* os termos morais são descritivos, os antirrealistas morais, a exemplo de Horgan e Timmons, defendem uma teoria semântica não-descritivista para *todos* os termos morais. A alternativa que apresentei nesta seção permite aceitar as intuições de Horgan e Timmons contra o realismo moral naturalista, além de aceitar a explicação oferecida pelo naturalismo moral de Railton. Isso porque mesmo que a sua explicação seja desvinculada de uma ontologia moral realista, ela pode compor uma teoria metaética plausível, e que não precisa necessariamente ser antirrealista. Tudo isso devido à superação da dicotomia entre o realismo moral e o antirrealismo moral, proporcionada pela Teoria Tríplice na metaética, o Cognitivismo não-realista.

Considerações finais

Diante de todo o exposto, é possível concluir que há indicativos de que um cognitivista moral, como Railton, tem à sua disposição, como saída para a objeção contra o realismo moral naturalista, uma teoria metaética potencialmente mais promissora que o Cognitivismo não-descritivista de Horgan e Timmons. Ao abandonar o realismo moral e aderir ao Cognitivismo não-realista defendido por Parfit, Railton não precisa abrir mão do seu cognitivismo moral descritivista, mesmo que ele aceite a objeção proveniente do experimento de pensamento da Terra Gêmea Moral. Evidentemente, ainda é necessário fazer uma análise detalhada da disputa entre o Cognitivismo não-descritivista vs. o Cognitivismo não-realista, a fim de confirmar os benefícios da teoria metaética de Parfit sobre a de Horgan e Timmons, bem como atestar que o Cognitivismo não-realista permite explicar outros tipos de

conhecimento moral que são independentes e irredutíveis ao conhecimento proposicional, como o conhecimento prático e o conhecimento por familiaridade. Gostaria de deixar essas tarefas como sugestões, dado que elas merecem trabalhos possivelmente mais extensos que o presente artigo a fim de que possam ser devidamente executadas.

Além de indicar a necessidade de realizar as tarefas apontadas acima, gostaria de acrescentar que cabe avaliar, principalmente, se a teoria de Parfit de fato oferece a explicação verdadeira para a moralidade. Se o Cognitivismo não-realista for verdadeiro, a consequência é que, contrariamente ao que Horgan e Timmons pensaram, o naturalismo moral de Railton sobrevive. Além disso, caso o Cognitivismo não-realista permita explicar as formas não-proposicionais de conhecimento moral, o naturalismo moral de Railton integrará aquele que possivelmente é o retrato mais completo dos juízos morais. Desse modo, será possível assegurar uma multiplicidade de papéis descritivos e não-descritivos aos juízos morais, em vez de simplesmente afirmar que os juízos morais são não-descritivos, como a teoria metaética de Horgan e Timmons defende.

Referências

BLACKBURN, Simon. *Essays in Quasi-Realism*. New York: Oxford University Press, 1993.

BOYD, Richard. How to be a Moral Realist. In: SAYRE-McCORD, Geoffrey (ed.) *Essays in Moral Realism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1988, p. 181-228.

BRINK, David. *Moral Realism and the Foundations of Ethics*. Cambridge University Press, 1989.

COPP, David. Realist-Expressivism: A Neglected Option for Moral Realism. *Social Philosophy and Policy*, vol. 18, n. 2, 2001, p. 1-43.

GIBBARD, Allan. *Wise Choices, Apt Feelings*. New York: Oxford University Press, 1990.

- GIBBARD, Allan. *Thinking How to Live: A Theory of Normative Judgment*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- GIBBARD, Allan. *Meaning and Normativity*. Oxford University Press UK, 2012.
- HARE, Richard. *The Language of Morals*. Clarendon Press, Oxford, 1952.
- HORGAN, Terence; TIMMONS, Mark. New Wave Moral Realism Meets Moral Twin Earth. *Journal of Philosophical Research*, vol. 16, 1991, p. 447-465.
- HORGAN, Terry; TIMMONS, Mark. From Moral Realism to Moral Relativism in One Easy Step. *Crítica*, vol. 28, n. 83, 1996, p. 3-39.
- HORGAN, Terry; TIMMONS, Mark. Cognitivist Expressivism. In: HORGAN, Terry; TIMMONS, Mark (eds.) *Metaethics after Moore*. New York: Oxford University Press, 2006a, p. 255-298.
- HORGAN, Terry; TIMMONS, Mark. Morality Without Moral Facts. In: DREIER, James (ed.) *Contemporary Debates in Moral Theory*. Blackwell Publishing, 2006b, p. 220-238.
- HORGAN, Terry; TIMMONS, Mark. Analytical Moral Functionalism Meets Moral Twin Earth. In: RAVENSCROFT, Ian (ed.) *Minds, Ethics, and Conditionals: Themes From the Philosophy of Frank Jackson*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 221-236.
- JACKSON, Frank. *From Metaphysics to Ethics: A Defence of Conceptual Analysis*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- JOYCE, Richard. *The Myth of Morality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- JOYCE, Richard. Moral Fictionalism. In: KALDERON, Mark (ed.) *Fictionalism in Metaphysics*. Oxford University Press, 2005, p. 287-313.
- KALDERON, Mark. *Moral Fictionalism*. Oxford: Clarendon Press, 2005.
- KRIPKE, Saul. Primeira Palestra. In: KRIPKE, Saul. *O nomear e a necessidade*. Lisboa: Gradiva, 2012, p. 67-126.
- MACKIE, John. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. Penguin Books, 1977.

MOORE, George E. *Principia Ethica*. Tradução de Maria Manuela Rocheta Santos e Isabel Pedro dos Santos, 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

PARFIT, Derek. *On What Matters: Volume Three*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PLUNKETT, David; SUNDELL, Tim. Disagreement and the Semantics of Normative and Evaluative Terms. *Philosophers' Imprint*, vol. 13, n. 23, 2013, p. 1-37.

PUTNAM, Hilary. O significado de “significado”. Tradução de Alexandre Müller Fonseca. *Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia*, v. 10, n. 2, 2013, p. 280-326.

RAILTON, Peter. *Facts, Values, and Norms: Essays Toward a Morality of Consequence*. Cambridge University Press, 2003.

RAILTON, Peter. Realismo moral. In: DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. *Metaética: Algumas tendências*. Série Ethica. DALL'AGNOL, Darlei (org.). Tradução de Janyne Sattler. Editora da UFSC, 2013, p. 105-158.

RAILTON, Peter. Two Sides of The Metaethical Mountain? In: SINGER, Peter (ed.). *Does Anything Really Matter? Essays on Parfit on objectivity*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 35-59.

TRESAN, Jon. De Dicto Internalist Cognitivism. *Noûs*, vol. 40, n. 1, 2006, p. 143-165.

TRESAN, Jon. Metaethical Internalism: Another Neglected Distinction. *Journal of Ethics*, vol. 13, n. 1, 2009, p. 51-72.

TRESAN, Jon. Naturalistic Moral Realism and Motivational Internalism: From Negative to Positive. In: BJÖRNSSON, Gunnar; STRANDBERG, Caj; OLINDER, Ragnar F.; ERIKSSON, John; BJÖRKLUND, Fredrik (eds.). *Motivational Internalism*. New York: Oxford University Press, 2015, p. 182-208.

VAN ROOJEN, Mark. Knowing Enough to Disagree: A New Response to the Moral Twin Earth Argument. In: SHAFER-LANDAU, Russ (ed.) *Oxford Studies in Metaethics, Volume 1*. Clarendon Press, 2006, p. 161-194.

(Submissão: 30/06/22. Aceite: 18//06/23)